

Título: Fazer História

Edição: Livraria Bertrand, Lisboa

Trad. (vol. I): Maria Eduarda Correia

Título original: Faire de l'histoire

Edição original: Éditions Gallimard, 1974

Publicação em 3 volumes (Nouveaux Problèmes, Nouvelles Approches, Nouveaux Objects), de que foi editado em português apenas o primeiro

O que primeiro ressaltou da leitura da obra foi um sentimento de congratulação pelo aparecimento de uma publicação tão útil.

O seu interesse reside, em geral, no facto de se poder considerar boa, do ponto de vista didáctico, por um lado, e por outro, apesar da advertência inicial dos apresentadores, Jacques Le Goff e Pierre Nora, ela nos surgir como que uma síntese do actual estado da História como ciência.

Útil, na generalidade, para os já estudiosos destas matérias, alguns artigos apresentarão mesmo interesse para os que, em Portugal (estamos a concordar com a utilidade de traduzir a obra) iniciam os seus estudos, uma vez que lhes permitem ser confrontados com a ciência histórica, numa perspectiva totalmente diferente daquela a que foram habituados nos ensinamentos primário e secundário (as excepções confirmarão a regra). Pensamos, por exemplo, nos artigos que abordam o problema do quantitativo em história.

Continuando em termos gerais, parece-nos também importante a chamada de atenção para a interdisciplinaridade entre as várias ciências sociais, efectuada através da ligação entre os parâmetros em que se movem os diferentes conceitos de história e outros ramos do conhecimento, como a arqueologia, a economia, a demografia, a religião, a arte, a literatura, a política.

Concordando com as razões de ordem didáctica que certamente presidiram à construção dos três volumes, muito embora não sejam focadas na apresentação inicial, não podemos contudo deixar de mencionar a sensação de artificialismo que por vezes resulta dessa divisão, e que se traduz no facto de sob cada título (correspondente a cada volume) se tratarem assuntos que melhor caberiam nos outros.

Por fim, e como já foi referido, parece-nos do maior interesse a tradução da obra. Até nós já chegou o volume I, em relação ao qual detectámos algumas imprecisões, de que salientamos uma por ser de maior gravidade: no artigo de Georges Duby «Histoire sociale et idéologies des sociétés», a p. 156 da edição francesa surge: «[...] Les emblèmes, les costumes, les parures, [...]», que se traduz a p. 182 da edição portuguesa por «[...] Emblemas, costumes, roupagens[...]», sendo, evidentemente, os sublinhados nossos.

Suscitaram-nos particular interesse as questões surgidas ao longo da obra e relacionadas com a «história quantitativa» e a «história social», por isso nos vamos debruçar sobre elas e o modo como foram tratadas, um pouco mais pormenorizadamente.

1— Repensar a história, redimensioná-la com base no trabalho científico aturado que perspectiva as novas contribuições, que desenlaça novos fios condutores, abrindo novos campos de investigação, constitui, por assim dizer, uma actividade fundamental do ofício de historiador. *Faire de l'histoire*, entre os muitos méritos que possui, torna-se importante pela imagem que nos lega desse repensar da história.

São inúmeros os aspectos focados nesta obra e que relevamos de grande importância. No entanto, não cabe nesta recensão crítica uma abordagem aprofundada desses variados aspectos, mas sim de uns poucos, que pela sua

importância para a moderna historiografia e pelo facto de explícita ou implicitamente serem referenciados nos diferentes artigos, mereceram da nossa parte uma maior atenção e cuidado. São eles o problema do *quantitativo* em história e aquilo a que Pierre Chaunu designou de *história serial*, aspectos tratados fundamentalmente no artigo deste conhecido historiador francês «Ultrapassagem e perspectivas», no II volume, e no de François Furet, «O quantitativo em história», no I volume.

Se o século XIX representa para a história uma época de viragem, de transformação da mentalidade historiográfica que a coloca ao nível dos diferentes ramos do conhecimento científico, os anos trinta do nosso século representam para um dos seus ramos, a história económica, o alcançar de um patamar superior com base nos estudos das séries contínuas e homogéneas de preços, rendimentos, produções, recorrendo à estatística para a análise das curvas, para a determinação dos ciclos, do comportamento das variáveis determinantes da evolução da vida económica em particular e da sociedade em geral. Esta mutação marcou decisivamente o nascimento da história económica moderna lançando-a nos caminhos da longa duração, libertando-a, a pouco e pouco, da tentação do tempo breve, do descritivo, tão ligados a uma história tradicional progressivamente ultrapassada. História económica quantitativa, tal como Pierre Chaunu a referencia? Preferíamos ficar só pela história económica. Hoje ao quantitativo é atribuída uma grande importância não só ao nível dos estudos económicos mas também do social e do mental; por outro lado, a economia começa a recorrer cada vez mais aos restantes ramos das ciências sociais, movimento que se reflecte na própria história económica. Por isso o quantitativo deixa de estar estritamente ligado à história económica e esta vai-se desvinculando das concepções que se baseiam no falso objectivismo do número, da miragem da construção de grandes modelos econométricos — tantas vezes desfasados da realidade social presente e passada — a que alguns sectores a querem reduzir.

História quantitativa e história serial, sem dúvida que diferentes, tal como François Furet refere ¹, no entanto, é da sua interacção que resulta esse salto qualitativo processado a partir dos anos trinta, como acima afirmámos. A segunda metade do século XIX assiste ao aparecimento dos primeiros trabalhos abordando a história dos preços. No entanto, a abordagem quantitativa processada não faz com que a história económica da altura se liberte da indeterminação, do cunho arqueológico, como nos diz Chaunu, que a marca ainda no primeiro terço do século XX. Das informações desgarradas, em bruto, provenientes de fontes heterogéneas, transpostas quase que automaticamente dos arquivos para as obras, passa-se à constituição de séries cronológicas de unidades homogéneas e comparáveis, de âmbito secular; do tratamento superficial, proto-estatístico, passa-se à utilização de instrumentos estatísticos de extrema eficácia — médias móveis, análise harmónica, o periodograma, modelos auto-regressivos, etc. Medida e longa duração, quantitativo e história serial, a chave de um grande avanço na história económica primeiro, na história social de imediato, hoje ao «assalto do terceiro nível, a saber o essencial, o afectivo, o mental, o psíquico colectivo... digamos melhor os sistemas de civilização» ².

A história serial impõe-se, não sem que se ultrapasse a si própria, que se redimensione: se até aqui utilizada para estudar as crises, os processos de desajustamento e reajustamento das estruturas económicas, ela volta-se também para os períodos de estabilidade; ela permite-nos estudar não só a transformação, mas também a permanência. Paralelamente ela descobre para a história novos métodos, novo ferramental, novos objectos. O ordenador revela-se para o historiador um auxiliar de extrema importância permitindo relançar, por exemplo, uma cartografia regressiva tão necessária à compreensão da pluralidade regional — vejamos, a título de exemplo, dois artigos inseridos no vol. 4, de 1976, dos *Annales*, um sobre a antropologia da juventude masculina em França ao nível duma cartografia cantonal, e um outro, elaborado com base nas respostas dos curas aos

¹ «O quantitativo em história», in *Faire de l'histoire*, tradução portuguesa, p. 62.

² Chaunu, Pierre, «Dépassement et prospective», in *Faire de l'histoire*, vol. II, Éd. Gallimard, Paris, 1974.

questionários das visitas pastorais, mostrando-nos alguns aspectos da prática religiosa em França no período compreendido entre 1802 e 1939; métodos estatísticos mais sofisticados tornam-se por outro lado mais acessíveis, enriquecendo o ferramental do investigador — a análise factorial, por exemplo.

2—Um dos problemas centrais da historiografia contemporânea é certamente o do «estatuto» da história social enquanto disciplina autónoma; mais concretamente a relação da história social com a história económica (em que aquela necessariamente se funda) e ainda uma outra questão que é a da relação entre a história social e a teoria social. Naturalmente que essa disciplina só é verdadeiramente autónoma na medida em que disponha do seu próprio corpo de conceitos com os quais opera a análise das várias formas sociais historicamente conhecidas, a sua estrutura, suas leis de transformação, as classes e outros grupos sociais que a compõem, etc.

Destes problemas, ou, melhor, da posição da moderna historiografia francesa frente a estes problemas, já nos tinham dado conta alguns autores (Mousnier e Soboul entre outros) há alguns anos, através de *A História Social; Problemas, Fontes e Métodos*, então também editada em língua portuguesa.

Faire de l'histoire, é uma obra antológica em que se pretende dar uma perspectiva da situação actual da guarda avançada da historiografia contemporânea no plano quer da metodologia geral, quer no inventariar das principais linhas de investigação das «histórias parcelares» (passe a expressão), como seja a história da agricultura, das mentalidades, do livro, e outras. Nestas circunstâncias procurámos aí o esclarecimento dos problemas, metodológicos e outros, relativos à história social. Não foi sem certa desilusão que constatámos que nenhum dos textos se lhe refere explicitamente, o que é quanto a nós uma falha grave desta antologia. Nem o facto de aquela constituir na opinião de P. Vilar «a mais complexa das matérias da ciência: as relações sociais entre os homens e as modalidades das suas modificações», nem tão-pouco o facto de se argumentar na «Apresentação» que «não é um panorama da história actual[...] porque não tem a ambição de apresentar uma visão completa da produção histórica ou do campo da história» justificam, quanto a nós, tal procedimento.

De modo genérico podemos dizer que está ausente a apresentação da *utilização mental* relativa à história social. Não são aí apresentados ou discutidos sequer conceitos fundamentais da análise como o de classe social, seu papel na evolução das sociedades, e outros.

Quando dissemos que nenhum dos textos se lhe refere explicitamente não significa que aí não encontremos resposta a algumas das questões mais importantes. Em dois textos fundamentalmente nos aparecem «sinais» de tais questões; e um deles é o texto «A História conceptualizante» de Paul Veyne.

Claramente aparece rejeitada uma concepção economicista quando o autor nos diz, por exemplo: «atribuir a função de motor aos dados materiais ou à economia é jogar com um equívoco», e mais adiante: «por muita importância que se reconheça nas causas económicas, elas podem ser bloqueadas por um atraso intelectual ou jurídico». Certamente que o podem, mas isso não nos diz claramente onde procurar o «fio condutor dos nossos estudos acerca do desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral», nem tão-pouco quando acrescenta: «Não há motor em história, mas somente variáveis estratégicas, que não são as mesmas de uma conjuntura para a outra.»

Um outro problema (em rigor talvez seja o mesmo) após constatada a não redução da história social à história económica (pelo contrário) é o de esclarecer o que se entende ser a *teoria social*. Parece pacífico admitir que sem teoria não há história, pelo menos no plano científico, não há a tal história não factual, a história em profundidade de que o texto nos fala, já que, como o autor reconhece, as sociedades humanas não são transparentes para si próprias. Sem uma ferramenta própria — a teoria — não é possível produzir conhecimentos científicos, não existe ciência. Reportando-nos de novo à *teoria social* encontramos, por parte de Veyne, a explícita rejeição do materialismo histórico, entendido como corpo de conceitos que constituiriam a «chave» para romper a opacidade do nível empírico do conhecimento (veja-se a p. 85 da edição portuguesa do 1.º volume), e mais adiante

o autor fala-nos dos «conceitos falsamente científicos da sociologia geral» (p. 89 da mesma edição). Logicamente conclui, na ausência de resposta à questão abordada, que «a história, a que se faz e a que se escreve, não é pois assunto de ciência, mas uma questão de prudência» (p. 86 da citada edição), ou, «não sendo científica, a história não deixa por isso de ser uma actividade muito elaborada e que não se improvisa» (p. 86).

Um outro texto, não inédito mesmo em edição portuguesa, é o de Pierre Vilar «História marxista, história em construção». Aqui encontramos outras respostas às mesmas questões, muito embora este texto, tal como o primeiro, não trate especificamente da história social, antes se dedica a discutir a versão que do marxismo nos dá Althusser.

De qualquer modo encontramos aí (de modo embrionário) algumas respostas às nossas questões, respostas claramente distintas das do texto anterior. Neste sentido, veja-se o capítulo III.

Aí nos diz P. Vilar que o conceito central da análise histórica é o de *modo de produção*, o objecto teórico de Marx, «a sua originalidade não consiste em ser um objecto teórico. Consiste em ter sido, e ter permanecido, o primeiro objecto teórico a exprimir um todo social, ao passo que os primeiros esboços da teoria, em ciências humanas, se tinham limitado ao económico e haviam visto nas relações sociais quer dados imutáveis (a propriedade do solo, para os fisiocratas), quer condições a preencher (liberdade e igualdade jurídicas, para os liberais).» Mais adiante acrescenta: «esta estrutura [modo de produção] implica, ela própria, o princípio (económico) da contradição (social), comportando a necessidade da sua destruição como estrutura, a sua desestruturação».

É a partir daqui que se abrem as vias de uma verdadeira história social, estamos perante uma formulação condensada da concepção materialista da história (agora necessariamente social). Como nos diz P. Vilar, «a contradição (social) comporta a necessidade da sua [do modo de produção] desestruturação, ou noutros termos mais correntes; a luta de classes é o motor da história».

O texto de G. Duby: «História social e ideologia das sociedades», não obstante a referência ao título, ocupa-se na definição de um quadro teórico para a análise das ideologias, e não da história social. É claro que em certo sentido toda a história é social, e portanto também o texto em causa, não o é contudo no sentido em que aqui temos vindo a empregar a designação de história social, isto é, história das classes (e outros grupos) sociais, de que as estruturas económicas, políticas e ideológicas no seu conjunto são suporte.

Finalmente uma breve nota, sobre alguns artigos igualmente importantes a que no decurso das considerações anteriores não foi feita referência.

No volume I, para além dos artigos de François Furet «O quantitativo em história», de Paul Veyne «A história conceptualizante» e de Pierre Vilar «História marxista, história em construção», a que já atrás foi feita referência, existem ainda: «A operação histórica» de Michel de Certeau, em que se sintetiza qual a função do historiador e em que limites pode actuar. Parece-nos um bom texto de introdução à obra e que se enquadra naqueles que no início dissemos serem úteis para todos, mesmo para os que iniciam.

«As vias da história antes da escrita» de André Leroi-Gourhan, «A história dos povos sem história» de Henri Moniot e «A aculturação» de Nathan Wachtel são textos interessantes por chamarem a atenção para fontes tradicionalmente votadas ao esquecimento, mas que se revestem da maior utilidade; deverão contudo ser submetidas a crítica minuciosa, uma vez que, talvez mais facilmente do que outras, poderão induzir em erro quem as utilize.

Este volume termina com um artigo de Pierre Nora, «O regresso do acontecimento», que quanto a nós contém implicitamente uma prudente chamada de atenção para que, ao receberem-se os avanços da ciência, se não despreze, por obsoleto, muito do conhecimento passado e actual que ainda é útil, mesmo indispensável a esses avanços.

Quanto ao II volume, genericamente votado às novas contribuições, são de

referir, para além do artigo de Pierre Chaunu, «L'Économie: Dépassement et prospective», a que já fizemos referência, os de Jean Bouvier e André Burguière, respectivamente «L'Économie: Les crises économiques» e «La démographie», que constituem novas achegas ao estudo destes objectos. Quanto às crises económicas, Jean Bouvier introduz um conjunto de variáveis novas que lhe permitem reequacionar a posição do historiador face à teorização das mesmas. André Burguière introduz-nos de maneira exemplar naquilo que se poderá considerar a «nova demografia», nas relações que se estabelecem entre este ramo da história e a psicologia colectiva, os valores e sentimentos de uma época, de um grupo ou de uma comunidade, no fundo, uma demografia introduzindo-se progressivamente na área do mental.

Ao mesmo nível se situam os artigos de Dominique Julia «La religion — Histoire religieuse» e o de Jacques Julliard «La politique», em que, depois de traçarem a evolução destes dois ramos da história, dão uma visão das perspectivas que se lhes deparam: à história religiosa, um novo conjunto de operações e linhas de investigação resultantes do desenvolvimento de outros ramos, como a sociologia, a antropologia, a linguística, e de uma maior atenção em relação ao quantitativo e das enormes potencialidades que ele fornece; à história política, a sua progressiva introdução na problemática da longa duração, igualmente do quantitativo, não só preocupada com os problemas de conjuntura, mas igualmente com os estruturais, não só atenta à transformação, mas também à permanência.

Por fim, o volume III é composto por um conjunto de textos reunidos sob a designação comum de «Novos objectos». Como já se referiu, esta divisão, para o conjunto da obra, em três partes: *Novos objectos*, *Novos métodos* e *Novos problemas*, deve-se certamente a questões de comodidade na arrumação dos textos, já que os três aspectos enunciados são de tal modo ligados entre si que não se vê com clareza a distinção proposta. Um exemplo: tratar a história do livro no plano da história serial, ou como o faz a «Physical bibliography», será só um novo objecto? Não é antes um novo método?

Um outro aspecto deste volume da antologia é a diversidade dos textos que o formam. Há alguns que nos apontam novas (e fecundas) vias na análise das sociedades. Veja-se o texto de Le Goff, «Les mentalités...», onde nos é apresentada claramente uma nova via para a história das ideias. Diz-nos o autor: «O que é a feudalidade? Instituições, um modo de produção, um sistema social, um tipo de organização militar?», e responde, concordando com G. Duby, que é necessário ir mais longe, prolongar a história económica pela das mentalidades, tomar em consideração a concepção medieval de serviço. «A feudalidade? Uma mentalidade medieval.»

Outro aspecto importante (para além desta advertência de que a história económica não é a única história) encontramos-lo mais adiante quando, referindo-se à história das ideias, nos diz que não se trata de caracterizar de modo erudito o pensamento de uma ou outra personagem célebre, mas sim de caracterizar o pensamento colectivo, aquilo que há de comum a um dado grupo ou classe social ou mesmo a um dado povo. Diz-nos o autor: «o nível da história das mentalidades é o do quotidiano e o do automático, é o que escapa aos sujeitos individuais da história porque revelador do conteúdo impessoal do seu pensamento, é o que César e o soldado das suas legiões, São Luís e o camponês dos seus domínios, Cristóvão Colombo e o marinheiro das suas caravelas têm de comum.»

Dentro deste tipo de textos que nos revelam as grandes linhas da *nova história* pode-se ainda incluir o texto de A. Besançon, muito embora este nos pareça menos interessante, tanto mais que nos não pareceu inédito, ou *novo*, o método aí proposto, de analisar um dado texto romanescos para a partir daí chegar a alguns traços ideológicos do seu autor ou dos seus leitores (no caso vertente, Lenine, Dimitrov e Plekhanov). Refira-se ainda o texto «Le livre...», de R. Chartier e D. Roche, que nos pretende dar uma visão da situação actual, dos progressos realizados na história do livro, entendida como subsidiária da história das mentalidades.

Há outros textos que englobaríamos num segundo grupo porque neles é saliente a característica comum de definir campos da análise interdisciplinar. Trata-se neste caso de fazer o estudo de períodos pretéritos projectando conceitos elaborados

RECENSÕES CRÍTICAS

pelos diversos ramos das ciências naturais («Le climat», de Le Roy Ladurie) ou sociais (veja-se o texto «Le film», de M. Ferro).

Como última observação diga-se que este volume III é fundamentalmente voltado para a nova história das ideias, dos comportamentos colectivos, mais do que para a história económica, talvez porque nesta última são muito mais sensíveis os progressos realizados.

*Carlos Bastien
J. David Justino
J. Guilherme Alves*
